

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15174 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado, Política e Gestão da Educação Básica

A POLÍTICA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Raquel Florinda de Oliveira Rodrigues Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Maria Aparecida Antero Correia - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

A POLÍTICA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Resumo

Este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo analisar o financiamento da educação a partir da investigação dos recursos aplicados na Educação Especial no município de Porto Velho e quais políticas estão vigentes para o financiamento da educação especial. Foi utilizada a abordagem qualitativa e, de modo específico, bibliográfica e documental para a geração de dados, utilizando documentos sobre a legislação nacional e municipal. A base de estudo é formada pela exploração de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). As conclusões preliminares indicam que os recursos investidos pelos governos não são suficientes para promover a inclusão e a qualidade do oferecimento da educação especial, comprovado pelo reduzido número de salas de recursos multifuncionais nas escolas municipais que ofertam o atendimento ao público-alvo da educação especial.

Palavras-chave: Financiamento da educação. Políticas educacionais. Educação Especial.

Introdução

O financiamento da educação no Brasil tem fomentado debates sobre as políticas educacionais, tendo em vista a necessidade de assegurar o direito à educação, principalmente às populações em condições de vulnerabilidade social. O financiamento da educação faz parte da área das políticas educacionais e, torna-se instrumento de garantia dos direitos fundamentais e sociais dos cidadãos como sujeitos de direitos (Farenzena, 2020).

A Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 212, assegura que o Distrito Federal e os Municípios, devem aplicar 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos e a União nunca menos de 18% (Brasil, 1988). Além da vinculação de recursos, o Brasil também mantém fundos para redistribuição de recursos: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). O financiamento da educação, se consolida, portanto, pela política de fundos do orçamento

público e pela vinculação constitucional de recursos, visando garantir a todos os brasileiros o direito à educação com qualidade.

Conforme a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o financiamento da Educação Especial torna-se essencial e importante para assegurar ao público-alvo da Educação Especial (educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), o acesso ao ensino regular, com a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) visando uma educação de qualidade (MEC, 2008). Nesse sentido, a busca de dados que possam apresentar as condições de oferta e financiamento da Educação Especial é fundamental para a discussão da inclusão desse público.

Diante das necessidades da pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa e, de modo específico, a pesquisa bibliográfica e documental para a geração de alguns dados dos recursos financeiros para a Educação Especial no município de Porto Velho.

Financiamento da Educação Especial: alguns dados de atendimento

De acordo com França (2014), a Educação Especial enquanto política pública, depende de financiamento por parte do Estado para assegurar e ofertar serviços públicos voltados para esta modalidade de ensino. A gestão municipal, de seu lado, tem a responsabilidade de ampliar o acesso ao público-alvo nas salas regulares da educação básica, o que implica também na ampliação dos investimentos para que o AEE (Atendimento Educacional Especializado) esteja ao alcance de todos aqueles que precisam (Pinto, 2020).

No Brasil, houve um crescimento no percentual de matrículas da Educação Especial no Ensino Fundamental regular (Anos Iniciais e Finais), que entre 2007 e 2020, passou do total de 654.606 para 1.308.900, um percentual de crescimento de 99,9 % nesse período (INEP, 2024).

Em Porto Velho, podemos verificar que entre 2007 e 2020, nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, elevou-se a quantidade de matrículas de 193 crianças para 4.521, um percentual de crescimento de 2.242 % (Inep, 2024). De acordo com os dados das matrículas do público-alvo verificou-se que Porto Velho segue a tendência nacional, com elevados percentuais de matrículas.

Nesse contexto, outro dado importante é a quantidade de salas de recursos multifuncionais. No período de 2007 a 2020, no total de 141 escolas da rede municipal, foram implantadas apenas 36 de Salas de Recursos Multifuncionais (Prefeitura Municipal de Porto Velho, 2024). Apenas 25,5% das escolas possuem SRM. Sendo assim, é necessário e urgente avançar na implantação das SRMs para atender o público-alvo da Educação Especial e garantir sua permanência nas escolas de ensino regular.

De acordo com os dados orçamentários, entre 2009 e 2016, os investimentos na

implantação de SRM totalizaram R\$ 252.012,00. Em reformas entre 2009 e 2013, o valor foi de R\$ 1.073.380,00 e para a compra de equipamentos e materiais nos anos de 2019 e 2020, o montante de R\$108.821,00 (Prefeitura Municipal de Porto Velho, 2024). Observa-se que os valores não são vultuosos, o que indica a necessidade de mais investimentos, considerando o expressivo número de matrículas de Educação Especial na rede regular de ensino e o baixo número de salas de AEE.

Considerações Finais

De acordo com dados apresentados, podemos verificar que em Porto Velho houve um elevado crescimento de matrículas do público-alvo da Educação Especial. Ao mesmo tempo, se verifica o pequeno número de AEE nas escolas e poucos recursos financeiros para essa modalidade de ensino.

Portanto, ainda é necessário muito investimento para proporcionar aos educandos condições de pleno desenvolvimento nas escolas públicas municipais de Porto Velho.

É o que as pesquisas não área vem comprovando. De acordo com França (2014), observamos a presença tímida do Poder Público em relação à garantia dos direitos de acesso e permanência do público-alvo da Educação especial nos sistemas públicos de educação. A Educação Especial apresentou avanços em termos de legislação e a garantia do direito de acesso, mas ainda precisam ser implementadas, do ponto de vista da organização dos sistemas de educação e de seu financiamento, ações para o efetivo atendimento das necessidades educacionais específicas de seu público-alvo.

Referências

- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2024.
- FARENZENA, Nalú. A política de Fundos e as Responsabilidades Federativas pela Oferta de Educação Básica. FINEDUCA. **Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n. 21, 2020.
- FRANÇA, Marileide Gonçalves. **Financiamento da educação especial: complexas tramas, permanentes contradições e novos desafios**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: INEP, 2007 a 2020. In: Disponível em: <http://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica> .Acesso: 02 dez.2023.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Editora Plano, 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. Plano Municipal de Educação. Metas e

Estratégias- 2015-2024. Dados educacionais de Porto Velho/RO. Disponível em:
<https://semed.portovelho.ro.gov.br/arquivos/lista/64256/relatorios-de-monitoramento-do-plano-municipal-de-educacao-pme>. Acesso em: 15 de jan. 2024.